



# Anais da Assembléia

Nº 27

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 1975

ANO I

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 39ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 1975. (SEGUNDA FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, Secretariada pelos Senhores Deputados Leopoldo Jacomel e Maurício Fruet.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, David Federmann, Enéas Faria, Ivan Rüppel, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Otássio Pereira, Rosário Petelli, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes. (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**VOTAÇÃO EM DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição nº 222/74, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 270/73, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que declara de Utilidade Pública a “Loja Maçônica Fátima e Caridade”, da Cidade de Nova Fátima. Parecer **CONTRÁRIO** da C.C.J. — **Rejeitado o Veto, aprovado o Projeto.**

**VOTAÇÃO EM DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição nº 24/75, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 94/74, de autoria do Dep. Igo Losso, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Comunidade Evangélica Luterana Santíssima Trindade, com sede em Curitiba. Parecer **CONTRÁRIO** da C.C.J. — **Rejeitado o Veto, aprovado o Projeto.**

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição nº 220/74, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 212/73, de autoria do Dep. Gilberto Carvalho, que dispõe sobre normas para transferência de partes

territoriais de um município para outro. Parecer **favorável** da C.C.J. — Encerrada a discussão. Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição nº 10/75, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 22/74, de autoria do Dep. Lázaro Dumont, que autoriza o Poder Executivo construir no bairro do Capanema nesta Capital, complexo educacional que abranja cursos de 1º e 2º graus, bem como instalações destinadas à prática desportivas, em substituição ao atual estabelecimento de ensino denominado “Hildebrando de Araújo”. Parecer **favorável** da C.C.J. Encerrada a discussão. — Em votação. — **Mantido o Veto, rejeitado o Projeto.**

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição nº 11/75, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 145/73, de autoria do Dep. João Fadel, que transfere para a jurisdição do Departamento de Estradas de Rodagem, a rodovia que liga os Municípios de Rio Negro, Lapa e Antonio Olinto, para fins de implantação de revestimento, conserva e manutenção. Parecer **favorável** da C.C.J. — Encerrada a discussão. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição nº 12/75, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 39/74, de autoria do Dep. Arizone Araújo, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Obras Públicas, construir um prédio destinado ao funcionamento da Escola de Comércio de Francisco Beltrão. Parecer **favorável** da C.C.J. — Encerrada a discussão. Em votação. — **Rejeitado o Projeto, Mantido o Veto.**

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição nº 14/75, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 71/74, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo elevar para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a pensão mensal da Senhora Maria Alves Espinheira, viúva de Afonso Alves Espinheira, ex-Funcionário Público Estadual. Parecer **favorável** da C.C.J. — Encerrada a discussão. — Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição nº 17/75, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 214/71, de autoria do Dep. Hélio Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo construir uma rodovia ligando Cidade Gaúcha, Rondon, Indianópolis, Cianorte, Terra Boa, Engenheiro Beltrão e Barbosa Ferraz com a Cidade de Ortigueira. Parecer **favorável** da C.C.J. — Encerrada a discussão. — Em votação. — **Rejeitado o Projeto. Mantido o Veto.**

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição nº 18/75, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 273/71, de autoria do Dep. Quielse C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, construir prédio destinado ao funcionamento do Ginásio Estadual na sede do Município de Itaguapé. Parecer **favorável** da C.C.J. — Encerrada a discussão. — Em votação. — **Rejeitado o Projeto, Mantido o Veto.**

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição nº 20/75, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 55/74, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Santa Amélia, a Viatura de Placa nº CE-3407 — marca Kombi, certificado nº A.494433, pertencente à Secretaria da Saúde Pública. Parecer **favorável** da C.C.J. — Encerrada a discussão. — Em votação. — **Rejeitado o Projeto. Mantido o Veto.**

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição nº 23/75, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 279/74, de autoria do Dep. Antonio Belinati,

que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Associação Interconfessional de Curitiba, com sede nesta Capital. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. — Encerrada a Discussão. — Em votação. — **Aprovado o Projeto, Rejeitado o Veto.**

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da proposição nº 25/75, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 283/73, de autoria do Dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo criar no Município de Terra Roxa, um Curso Normal e um Curso Científico, para funcionar no próximo ano letivo. Parecer **favorável** da C.C.J. — Encerrada a discussão. — Em Votação. — **Rejeitado o Projeto, Mantido o Veto.**

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição nº 27/75, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 280/73, de autoria do Dep. Emílio Carazzai, que autoriza o Poder Executivo elevar para 6 (seis) salários mínimos, a pensão mensal concedida à Senhora Sylvia Braga Munhoz da Rocha, viúva do ex-Governador do Estado, Doutor Caetano Munhoz da Rocha. Parecer **favorável** da C.C.J. — Encerrada a Discussão. Em votação. — **Rejeitado o Projeto, Mantido o Veto.**

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição nº 16/75, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 16/74, de autoria do Dep. Domício Scaramella, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER para fins de conservação a estrada que liga a sede do Município de Mallet à Rodovia BR-476, passando pelo Distrito de Rio Claro. Parecer **favorável** da C.C.J. — Encerrada a discussão. Em votação. — **Rejeitado o Projeto, Mantido o Veto.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

# **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA** **ATA DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA** **REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 1975.**

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretaria-  
da pelos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Maurício Fruet.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Antonio Facci, Basílio Zannuso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Quielso Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Werner Wanderer (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, David Federmann, Enéas Faria, Ivan Rüppel, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes. (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## **SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à Leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## **EXPEDIENTE:**

## **REQUERIMENTOS:**

## **REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa., que após o Plenário, seja consignado em Ata um Voto de recondição desta Casa pela eleição da nova Diretoria da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná — AMSOP —, no último dia 11, cuja chapa vencedora era encabeçada pelo Sr. Assis Gabriel Bandeira, Prefeito Municipal de Marmeleiro.

Solicita-se também, que da decisão da Casa se dê ciência à Diretoria recém eleita.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1975.

a) IVO THOMAZONI

## **JUSTIFICATIVA:**

A "AMSOP" é a entidade representativa dos municípios do Sudoeste paranaense, uma das nossas mais importantes regiões.

A recondução do Sr. Assis Gabriel Bandeira para dirigir os seus destinos, foi recebida com gaudío por todos, eis que o dinâmico Prefeito de Marmeleiro já demonstrou a sua grande capacidade de trabalho dedicado e produtivo em prol dos interesses da região, os quais conhece profundamente.

## **REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor General Ernesto Geisel, Digníssimo Presidente da República, apelo no sentido de rever o instituto de aposentadoria do funcionalismo público e do Magistério, estabelecendo o mesmo aos 25 anos para mulheres e 30 anos para homens.

A este apelo solicitamos seja acrescido mais um argumento, de que, se não fôr possível a extensão da aposentadoria na forma preconizada, que Sua Excelência atente para o caso das integrantes do Magistério, assegurando, ao menos às professoras públicas, a aposentadoria aos vinte e cinco (25), pois nenhuma atividade leva a um desgaste tão grande quanto à do Magistério, profissão que por seu idealismo e desprendimento justifica à atenção que ora formulamos.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

## **REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de que, seja determinado o estudo, bem como o levantamento para a criação e instalação de uma Agência, na sede do Município de Alto Piquiri, neste Estado.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

## **REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de seus direitos e na forma regimental, REQUER a V. Exa. que ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente aos Exmos. Senhores Secretário de Estado do Interior e Secretário de Estado da Educação e da Cultura, apelando no sentido de seus ofícios para melhoramentos das condições do prédio e carteiras escolares, onde

funciona o Grupo Escolar "David Carneiro", na cidade de Palmeira.

O presente pedido se justifica, tendo em vista as condições em que se encontra o referido prédio, com seus vidros quebrados, inúmeras goteiras, péssimas instalações sanitárias, além das condições precárias das carteiras escolares.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1975.

a) LINEU TURRA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso dos seus direitos e na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de serem feitos estudos para instalação, no menor prazo, de uma Agência do referido Banco, na cidade de Morretes, hoje desprovida de estabelecimento de crédito face a extinção da Agência do Banco Comercial do Paraná S/A.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1975.

a) LINEU TURRA.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente. Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Hoje, na Sessão Extraordinária, foi aprovado um veto de S. Exa. o Sr. Governador do Estado com referência a um projeto de nossa autoria, que autoriza o Poder Executivo a transferir para o DER, para fins de conservação, a estrada que liga a sede do Município de Mallet à Rodovia BR-476, passando pelo Distrito de Rio Claro. É um direito que assiste a S. Exa. o Sr. Governador vetar o referido projeto, porque alega, segundo o artigo 28, que o mesmo é inconstitucional. E não tenho dúvida nenhuma de que se formos analisar os projetos apresentados nesta Casa, todos são inconstitucionais, porque aumentam despesas.

Mas fica aqui nosso protesto porque S. Exa. bem podia ter sancionado esse projeto e usar as máquinas do Distrito Rodoviário de União da Vitória e São Mateus, porque, graças a Deus, o DNER construiu a estrada que demanda de São Mateus à União da Vitória e hoje está federalizada, não mais causando ônus para o DER.

É muito fácil o Sr. Governador vetar os projetos oriundos desta Casa, mas com um pouco mais de amor à nossa terra, com um pouco mais de responsabilidade, S. Exa. podia mandar usar aquelas máquinas que estão no Distrito cuja estrada foi federalizada.

Fica nosso protesto ao Sr. ex-Governador Emílio Gomes que conhecia muito bem aquela Região. E Deus queira que ele transite em dia de chuva, para que talvez a S. Exa. tenha que ajudar a empurrar seu veículo, ou ajudar um amigo, porque é lamentável que o Sr. Governador do Estado não tenha o mínimo interesse com referência a estradas.

Fica aqui nosso protesto e temos que nos conformar porque o projeto, analisado como deve ser analisado, juridicamente, é inconstitucional mesmo. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Egon Pudell.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Faço uso da palavra no dia de hoje para relatar, em rápidas palavras, a viagem empreendida pelo Exmo. Sr. Governador do Estado a três municípios do Oeste do Paraná.

Tivemos a oportunidade de acompanhar S. Exa., bem como o Deputado Werner Wanderer, aos municípios de Palotina,

Marechal Cândido Rondon e Guaíra. Verificamos com entusiasmo que S. Exa. o Sr. Governador realmente conhece com profundidade os problemas do Oeste e, em particular, os problemas da agricultura. Verificamos nessa nossa andança com S. Exa., o seu entusiasmo e o seu otimismo e, como já disse, seu profundo conhecimento das coisas agrícolas.

Também quero me parabenizar com as Cooperativas de Marechal Cândido Rondon, de Guaíra e Palotina, pela sua organização. A safra de soja, realmente este ano será bastante favorável. O que se espera é que os preços venham ao encontro do produtor. Como todos sabem, o preço do soja não é regulado nem taxado pelo Governo do Estado ou Governo Federal, mas obedece, isso sim, à política da Bolsa de Valores de Chicago.

Quero também, nesta oportunidade, parabenizar-me com o Banco do Brasil por ter liberado o empréstimo do Governo Federal, ou seja, o EGF. Adiantamento para o soja já recolhido às diversas Cooperativas. Isso veio beneficiar muito aos produtores, porque com isso eles poderão aguardar sua comercialização, pelo menos na parte do seu produto. Ainda sábado, na cidade de Toledo, tivemos a visita de S. Exa. o Sr. Vice-Governador do Estado, Dr. Otávio César Pereira. Também estiveram presentes naquele ato, S. Exa. o Sr. Secretário de Saúde e Assistência Social, Dr. Arnaldo Busato, bem como o Dr. Honório Hungria e outros Diretores do Banco Nacional de Habitação: Dr. Otto Deutzer e outros Diretores do Inocop, bem como o Dr. Antonio Vellozo de Souza e Francisco Setti, Diretores do Banco Nacional de Habitação; Dr. Ricardo Machado Lima e outros Diretores do Banco do Estado do Paraná. Naquela oportunidade a Prefeitura Municipal de Toledo assinou um Convênio com o Banco Nacional de Habitação de um milhão e novecentos mil cruzeiros para a implantação das obras de infra-estrutura no núcleo residencial de Toledo.

Estão praticamente prontas cento e vinte casas educacionais, sendo que o projeto foi encaminhado e também há o convênio com o Inocop realizado quando tivemos a honra de exercer o mandato de Prefeito Municipal daquele Município. Estão prestes a ser iniciadas cento e cinquenta e quatro casas populares no Município de Toledo, bem como um conjunto residencial de 54 apartamentos.

Nós, realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos a impressão de que chegou a vez do Oeste, chegou a oportunidade daquele laborioso povo de Toledo, do Oeste do Paraná.

O que me traz à Tribuna nesta oportunidade é requerer ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes uma solicitação de diversos habitantes e moradores, homens da indústria, do comércio e da lavoura dos municípios de Toledo, Assis Chateaubriand e outros.

O Requerimento está vasado nos seguintes termos: (Lê):  
"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, seja encaminhado ofício em sentido de apelo aos Exmos. Srs. Secretário de Transportes e Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem para que seja iniciada a construção de estrada entre Perobal e Assis Chateaubriand e desta última até um ponto conveniente entre Toledo e Lopei.

A região a ser servida pelas estradas em pauta, demonstra grande crescimento econômico e a necessidade de novas rodovias que facilitem o escoamento agrícola e outros, fundamentam e justificam o presente Requerimento.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1975.

a) EGON PUDELL".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.



Solicitamos a nossa inclusão no Pequeno Expediente para algumas comunicações.

Inicialmente pela notícia que tivemos do acidente ocorrido com dois companheiros desta Casa, Deputados Osvaldo Macedo e Del Ciel, numa colisão de veículos, juntamente com o Deputado Federal Alvaro Dias.

Apenas para lamentar o acidente ocorrido e dizer da nossa satisfação ao tomar conhecimento que com nossos eminentes companheiros nada houve de mais grave. Quanto ao Deputado Federal Alvaro Dias lamentamos que tenha sofrido uma fratura. Gostaria que a Presidência anotasse o ocorrido para uma justificação inclusive da ausência destes Deputados.

— (Assume a Presidência o Sr. Deputado Paulo Camargo).

Também Sr. Presidente, para que pudesse registrar, desta Tribuna, a minha satisfação pela recepção magnífica do Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Osiris Stenghel Guimarães, com referência a problemas que levamos a Sua Excelência, correspondentes a anseios dos moradores do Município de Castro, e das providências já determinadas com referência à retificação necessária na curva da ponte da PR-11, local que tem propiciado mais de uma centena de acidentes.

Também o pedido que fizemos com referência ao revestimento primário da estrada que liga o Município de Castro até o Distrito de Socavão, em favor da possibilidade do escoamento da produção tanto agrícola, como também do campo dos minérios. Por último, a satisfação do acatamento ao pedido formulado inclusive através de Requerimento aprovado por esta Casa, de que fosse construído o acesso asfáltico no Município de Castro.

Sr. Presidente, ouvi também na leitura do Expediente, leitura procedida pelo Sr. 1º Secretário, a de um Requerimento apresentado hoje, nesta Casa, pelo ilustre Deputado Maurício Fruet, com apelo que faz ao Sr. Presidente da República para que reveja o Instituto de Aposentadoria, inclusive com a fixação de limites de idade ou tempo de trabalho de 25 anos para mulheres, 30 anos para homens. Ouvi, como disse, Sr. Presidente, com satisfação porque inclusive a Deputada Lígia Lessa Bastos esteve em audiência com Sua Excelência o Sr. Presidente da República, tratando exatamente desta matéria, e pediu ao Sr. Presidente da República, que providências fossem tomadas nesse sentido, num apelo para que a aposentadoria do servidor público fosse reduzida no tempo de serviço, em, 25 anos para mulheres; 30 anos para os homens. Entendo que é oportuno o Requerimento de Sua Excelência, mas gostaria de frisar que este é um trabalho já iniciado pela Deputada Lígia Lessa Bastos.

Com referência ao pronunciamento que ouvi há poucos instantes, do ilustre Deputado Domício Scaramella, do MDB, com referência à manutenção do Veto governamental ao seu Projeto de Lei nº16/74 autorizando o Poder Executivo a transferir, ao DER, para fins de conservação, a estrada que liga o Município de Mallet, à Rodovia BR 476, passando pelo Município de Rio Claro.

Entendo que se devo dizer algo também desta Tribuna, sobre aquilo que se disse com referência ao aspecto de ser ou não sancionado o Projeto de Lei por parte do ex-governador Emílio Gomes.

É bom que se esclareça que inclusive este Veto foi aprovado por decisão unânime da atual Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, que opinou pela sua manutenção, pelas razões que o ilustre Deputado já esplanou, desta Tribuna, porque efetivamente são medidas que vinham sendo tomadas nesta Casa Legislativa mas que contrariavam um dispositivo da Lei Maior, pois são projetos que autorizam aumento de despesa pública. O que a Comissão de Constituição e Justiça tem procurado seguir numa nova orientação é declarar de pleno, o aspecto inconstitucional da medida. Mas entendo que, o simples fato de ter sido o projeto e mantido o veto por esta Casa Legislativa, não pode representar

uma proposta, um desejo do Sr. Governador, de não dar atendimento, ao solicitado, de não ter pelo menos examinado o Projeto de Lei que ele vetou. Tanto é verdade, que, no dia 8 de abril em curso, nesta Casa de Leis, nós mantínhamos um Veto do Sr. Governador com referência a um Projeto de Lei do ex-Deputado João Mansur, que na ocasião autorizava o Poder Executivo a conceder um empréstimo à Associação dos Servidores Públicos do Paraná, e é tão verdade que, não obstante tivesse sido vetado aquele Projeto de Lei na mesma época que a Comissão de Constituição e Justiça dava o seu parecer e que esta Casa decidiu pela manutenção do veto, é verdade que aqui já tramitava um projeto nos mesmos moldes.

Espero e entendo mesmo, que o propósito do Sr. Governador será nos mesmos termos, não pelo fato de haver vetado o Projeto de Lei, que Sua Excelência desconhece a necessidade de que possa emprestar o seu trabalho e as suas atenções a problemas de ligação de estradas que requerem maior atendimento pelo Governo do Estado.

Era apenas o esclarecimento, para que fique situada a posição de que o Veto obteve, da Comissão de Constituição e Justiça, o apoio unânime dos seus membros, para que a Casa de Leis decidisse pela manutenção do referido veto e por entender que pelo simples fato de vetar, em momento algum vai trazer como explicação de que o Sr. Governador não vai dar o referido apoio. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Lucio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Acabo de receber uma carta de uma proprietária de fazenda, entre os Municípios de Abatiá e Santo Antonio da Platina, que reclama sobre o abandono de terras há anos consecutivos, da estrada que demanda de um daqueles municípios da área. Quero, nesta oportunidade, apresentar o meu Requerimento ao Departamento competente, para informações de a quem pertence a administração daquele trecho de Estrada, se pertence ao Município de Abatiá ou ao de Santo Antonio da Platina, ou pertence ao DER, porque, em 1963, quando assumi a Prefeitura de Santo Antonio da Platina, onde permanecemos por 5 anos consecutivos naquela administração do Município, solicitamos, como Prefeito e havíamos solicitado anteriormente como Vereador à Mesa, informações e até hoje, nenhuma resposta chegou ao nosso conhecimento. A grande verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que estão simplesmente 15 a 20 quilômetros de estrada sem dono. O Município não é o dono, o Estado não se pronuncia através do seu órgão competente, e pela terceira vez, numa decorrência de 15 anos consecutivos, vamos perguntar agora, como Deputados, porque já perguntamos como Vereador, já indagamos como Prefeito e agora como Deputado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a grande verdade, queremos saber a quem pertence tal área, tal trecho de estrada, de 20 km de estrada abandonada.

A falta de responsabilidade nós não sabemos de quem é que durante 5 anos que estivemos à frente da Prefeitura de Santo Antonio da Platina, conservamos e mantivemos conservado aquele trecho, embora sabendo que não pertence à nossa administração e poderia, até ser de Santo Antonio da Platina, e temos certeza que a responsabilidade é do Estado. Aí apresentamos nosso Requerimento. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso dos direitos que lhes são conferidos por Lei,

R E Q U E R,

Informações do Departamento de Estradas de Rodagem esclarecendo se o trecho de Estrada que liga o Município de Abatiá

tiá a Santo Antonio da Platina pertence aos setores administrativos do DER, ou é de competência daqueles Municípios.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1975.

a) LÚCIO MACHADO.

(Sem revisão do orador).

SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**2ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei nº 288/73, de autoria do Dep. Arthur de Souza, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Protetora de Animais de Curitiba. Pareceres **favoráveis** da C.C.J. e C.F. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação. —

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada 32 Srs. Deputados. Há quorum para votação.

Em votação o Projeto de Lei nº 288/75. — **Aprovado, artigo por artigo.**

**2ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei nº 28/74, de autoria do Dep. Rosário Pitelli, que declara de Utilidade Pública, a Liga das Senhoras Católicas da Cidade de Sertaneja. Pareceres **favoráveis** da C.C.J. e C. F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

**1ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução nº 80/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 254/73, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com a Prefeitura Municipal de Paranaguá, objetivando a construção na sede daquele Município, de prédio destinado ao Instituto Médico Legal. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C. P. — **Aprovado.**

## P A R E C E R

### À PROPOSIÇÃO Nº 254/73

1.— A proposição ora em exame, constitui-se da Mensagem Governamental nº 96/73, encaminhando a esta Casa, oara os fins constitucionais, cópia autêntica do Convênio celebrado em 14 de setembro de 1973, entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Estado dos Negócios da Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, e a Prefeitura Municipal de Paranaguá, objetivando a construção, na sede daquele Município, de prédio destinado ao Instituto Médico Legal.

2.— O Convênio enfocado está de acordo com o que dispõe o artigo 47, inciso IX, da Constituição Estadual, que defere ao Chefe do Poder Executivo competência, e por força do artigo 22, inciso VII, da mesma Constituição, cabe a esta Casa referendá-lo o que fazemos na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 5 de dezembro de 1973.

aa) ANTÔNIO COSTA — Presidente  
NELSON BUFFARA — Relator

## Comissão de Constituição e Justiça

Projeto de Resolução Nº 80/73

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 14 de setembro de 1973, entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Estado dos Negócios da Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, e a Prefeitura Municipal de Paranaguá, objetivando a construção, na sede daquele Município, de prédio destinado ao Instituto Médico Legal.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5 de dezembro de 1973.

aa) ANTÔNIO COSTA — Presidente  
NELSON BUFFARA — Relator

## COMISSÃO DE FINANÇAS

## P A R E C E R

Ao Projeto de Resolução nº 80/73

O Projeto de Resolução nº 80/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, visa a aprovação de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Paranaguá, para construção do prédio destinado ao Instituto Médico Legal daquele Município.

No aspecto que nos cabe examinar, nada temos a opor. Pela APROVAÇÃO é o nosso Parecer.

Sala de Reuniões, em 1º de abril de 1974.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente  
OLAVO FERREIRA — Relator

## COMISSÃO DE POLÍCIA

## P A R E C E R

Ao Projeto de Resolução nº 80/73

1.— O projeto que ora nos é dado examinar, de autoria da dou-ta Comissão de Constituição e Justiça, constitui-se da Mensagem Governamental nº 96/73, que encaminha, para os constitucionais, cópia autêntica do Convênio celebrado em 14 de setembro de 1973, entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Estado dos Negócios da Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas e a Prefeitura Municipal de Paranaguá, objetivando a construção, na sede daquele Município, de prédio destinado ao Instituto Médico Legal.

2.— A simpatia de que a medida se faz credora, face ao seu profundo alcance, leva-nos a acolher a presente proposição no âmbito desta Comissão.

3.— Somos pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1974.

aa) ANTÔNIO BELINATI — Presidente  
ANTÔNIO COSTA — Relator

Comissão de Constituição e Justiça

P A R E C E R

À PROPOSIÇÃO Nº 259/73

1.— A presente proposição, constitui-se da Mensagem Governamental nº 104/73, encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Itambé, Mandaguari, Maria Helena, São João do Triunfo e São Jorge D'Oeste, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

2.— Com a assinatura dos referidos Convênios está o Senhor Governador exercitando competência lhe deferida no artigo 47, inciso IX, da Constituição do Estado, e por força do artigo 22, inciso VII, da mesma Constituição, cabe o "referendum" a esta Casa, o que fazemos na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de março de 1974

aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente  
SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Relator

**1ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução nº 02/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 259/73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Itambé, Mandaguari, Mandaguacú, Maria Helena, São João do Triunfo e São Jorge D'Oeste, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C. P. — **Aprovado**

**Projeto de Resolução nº 2/74**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

R E S O L V E

Art. 1º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Itambé, Mandaguari, Mandaguacú, Maria Helena, São João do Triunfo e São Jorge D'Oeste, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de março de 1974.

aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente  
SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Relator

P A R E C E R

Ao Projeto de Resolução nº 02/74

COMISSÃO DE FINANÇAS

1. Tratam os Autos de Projeto de Resolução nº 02/74, ex-

Proposição nº 259/73, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e os Municípios de Itambé, Mandaguari, Mandaguacú, Maria Helena, São João do Triunfo e São Jorge D'Oeste, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, cujas cópias autênticas de inteiro tero foram encaminhadas para referendo deste Poder Legislativo através da Mensagem Governamental nº 104/73, de 09 de novembro de 73.

2. Sendo vidente o interesse público conforme se depreende dos próprios textos dos convênios celebrados e considerando-se que as implicações de ordem financeira que advirão de sua aprovação são as naturais para tais encargos da administração pública, não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de pronunciar-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Resolução epígrafado.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 23 de abril de 1975.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente  
JOÃO C. FADEL — Relator

COMISSÃO DE POLÍCIA

P A R E C E R

ao Projeto de Resolução nº 02/74  
Autor — Governo do Estado

No mérito

Tratando-se de medida de competência do Poder Executivo, que deve, tão somente, ser referendada por esta Casa, nada há, no âmbito desta Comissão de Polícia, que se lhe possa antepor, Somos, portanto, pela **aprovação**.

Sala das Comissões, em 02 de dezembro de 1974

aa). ANTÔNIO BELINATI — Presidente  
MARCIANO BARANIUK — Relator

**1ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei nº 56/74, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Tomazina, Ambulância Willys ano 1966 e dá outras providências. Pareceres **favoráveis** da C.C.J. e C.F. — **Aprovado**.

**Projeto de Lei nº 56/74.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Tomazina, a viatura de placa nº CE. 29—00, ano 1966, marca Willys Ambulância, motor nº B. 6.270078, pertencente a Secretaria de Saúde Pública e que se encontra prestando serviços aquele município.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1974

a) GABRIEL MANOEL

JUSTIFICAÇÃO:

A viatura objeto da presente doação além de se encontrar

integrada nos serviços sanitários do município, necessita de reparos gerais, de modo que ao Estado é conveniente transferi-la à municipalidade em questão, por motivo da referida achar-se em estado inservível.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER

#### AO PROJETO DE LEI Nº 56/74

I) A ambulância objeto deste Plano de Lei encontra-se prestando serviços ao Município de Thomazina, assim como já está integrada aos serviços sanitários do mesmo.

II) Tratando de mera autorização legislativa, não encontramos, qualquer impedimento de caráter legal ou constitucional, para antepor ao Projeto.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1974.

a) FABIANO BRAGA CORTES – Presidente

a) IVO THOMAZONI – Relator

### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 56/74

I - O Projeto de Lei nº 56/74, de autoria do nobre Deputado GABRIEL MANOEL, visa a autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Thomazina, uma ambulância de propriedade do Estado, de placa CE-29-00, marca Willys, fabricação do ano de 1966, que, no momento, se encontra prestando serviço naquele Município.

II - Do ponto de vista financeiro, nada a opor, pelo que opinamos pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de agosto de 1974.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente

a) GILBERTO CARVALHO – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 75/74, de autoria do Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo transferir para a jurisdição da 21ª CIRETRAN, com sede no Município de Irati, os serviços de trânsito dos Municípios de Ibituva e São Mateus do Sul. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. – APROVADO.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### Projeto de Lei nº 75/74

#### A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º – Ficam transferidos para a jurisdição da 21ª Diretran, com sede em IRATI, os serviços de trânsito dos Municípios de IMBITUVA e SÃO MATEUS DO SUL.

Artigo 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “19 de Dezembro”, em 04 de junho de 1974.

a) JOÃO MANSUR

#### JUSTIFICATIVA:

O objetivo deste Plano de Lei não é outro senão o de ensinar maiores facilidades e conforto aos municípios de Ibituva e São Mateus do Sul. A prática veio demonstrar que o objetivo anterior não foi alcançado. Na verdade, todo o movimento comercial, escolar, social, bem como problemas de ordem estatal, centralizam-se em Irati. Considere-se ainda, que o acesso a Irati é o mais cômodo, face às melhores condições de estrada. Soma-

dos todos esses fatores, evidencia-se o acerto da medida ora proposta, esperando-se portanto a aprovação desta Casa.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 75/74

I - Quanto ao mérito, o Projeto está suficientemente justificado pelo autor.

II - Do ponto de vista legal ou constitucional, atribuição conferida a esta Comissão para opinar, nenhum impedimento existe que possamos antepor ao Projeto.

Nosso Parecer é favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 1974.

a) FABIANO BRAGA CORTES – Presidente

a) PAULO CAMARGO – Relator

### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### PROJETO DE LEI Nº 75/74

#### P A R E C E R

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado JOÃO MANSUR, visa transferir para a jurisdição da 21ª CIRETRAN, com sede em Irati, os serviços dos Municípios de IMBITUVA e SÃO MATEUS DO SUL.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, em sua devida oportunidade, opinou pelo ACOLHIMENTO do Projeto.

No âmbito desta Comissão, ou seja, o aspecto financeiro não se insurge nenhum óbice à tramitação do Projeto, visto tratar-se de transferência de jurisdição, dos serviços de trânsito dos municípios mencionados.

Destarte, opino pela APROVAÇÃO da Propositura com a Emenda anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1974.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente

a) ANTONIO LOPES JR – Relator

#### EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 75/74

Inclua-se no Artigo 1º, onde couber, o Município de INÁCIO MARTINS.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1974.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente

a) ANTONIO LOPES JR. – Relator

### COMISSÃO DE POLÍCIA

#### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 75/74

1 - O projeto mereceu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, tendo nesta última sofrido emenda que manda acrescentar, também, entre os municípios que terão seus serviços de trânsito transferidos para a jurisdição da 21ª CIRETRAN, o Município de Inácio Martins.

2 - Sob os aspectos que devem ser enfocados por esta Comissão de Polícia, nada há que obste sua aprovação.

Somos portanto, pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 2 de dezembro de 1974.

a) ANTONIO BELINATI – Presidente

a) ANTONIO COSTA – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 97/74, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que autoriza o Poder Executivo



doar, à Prefeitura Municipal de Paranacity, a data de terra sob o nº 3 (três), da quadra nº 83 (oitenta e três), da Planta Geral da cidade do mesmo nome. Pareceres **favoráveis** da C.C.J. e C.F. — **APROVADO**.

# PROJETO DE LEI Nº 96? 74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, à Prefeitura Municipal de Paranacity, a data de terra de sua propriedade, sob o nº 3 (três), da Quadra nº 83 (Oitenta e três), da Planta Geral da cidade do mesmo nome.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1974.

a) BASÍLIO ZANUSSO

## JUSTIFICATIVA:

Através da Lei Municipal nº 404, de 17 de abril de 1970, o Município de Paranacity doou ao Governo do Estado do Paraná a data de terra sob o nº 3 (três) da Quadra 83 (oitenta e três) da Planta Geral da Cidade de Paranacity, para fins de construção do prédio próprio da Agência de Rendas Estaduais.

Ocorre que, até o momento, a referida obra não foi iniciada, e ao que tudo indica, tal não ocorrerá tão cedo.

Diante disso e também por estar a Prefeitura de Paranacity necessitando do citado imóvel para uma construção pública, a reversão do mesmo se faz necessária. Ainda mais: a Prefeitura se compromete a doar novo imóvel ao Estado em local adequado para a mesma finalidade.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 97/74

Autor: BASÍLIO ZANUSSO

**NOMÉRITO**— Tratando-se, como se vê, do projeto de uma devolução àquela Prefeitura Municipal de lote cedido ao Governo do Estado, sem utilização até a presente data e não ferindo a matéria qualquer preceito de ordem legal ou constitucional, somos pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1974.

a) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente.

a) ANTONIO LOPES JUNIOR — Relator

## COMISSÃO DE FINANÇAS

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 97/74

Autor: BASÍLIO ZANUSSO

Tratando-se de mera devolução de imóvel anteriormente

doado pela Prefeitura Municipal, e não utilizado pelo Governo do Estado, nada há a opor.

Somos, portanto, pela **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1974.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente e Relator

**O SR. PRESIDENTE** — A Mesa assinala a presença, neste Plenário, do Sr. Prefeito Municipal de Santo Inácio.

Sobre a Mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pela eleição da nova Diretoria da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná, cuja chapa vencedora é encabeçada pelo Sr. Assis Bandeira, Prefeito Municipal de Marmeleiro. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da República, no sentido de rever o instituto de aposentadoria do funcionalismo público e do magistério, estabelecendo o mesmo aos 25 anos para mulheres e 30 anos para os homens. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo aos Srs. Secretário do Interior e Secretário da Educação e Cultura, visando melhoramentos das condições do prédio e carteiras escolares onde funciona o Grupo Escolar "David Carneiro", na cidade de Palmeira. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de serem efetuados estudos para a instalação de uma agência do referido estabelecimento, na cidade de Morretes. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, bem como ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de que seja iniciada a construção de estrada entre Perobal e Assis Chateaubriand. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Lúcio Machado, lido da Tribuna, solicitando informações ao DER, esclarecendo se o trecho de estrada que liga o Município de Abatiá a Santo Antonio da Platina pertence aos setores administrativos do DER, ou é de competência daqueles Municípios. — **Aprovado**.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 288/73 e 28/74.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 8/73 e 2/74, e de Lei nºs 56/74, 75/74 e 97/74.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 6/74, 80/74, 4/75, e de Lei nºs 127/74 e 159/74.

Levanta-se a Sessão.